



Governo do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Educação
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA CONJUNTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PROCESSO Nº: E-03/100.233/2007
INTERESSADO: COLÉGIO CIDADE

PARECER CEE Nº 088/2009

Credencia, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o **Colégio Cidade**, para a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, aprova o Plano de Curso e autoriza o funcionamento do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Informática, no Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação, também pelo prazo de 05 (cinco) anos, a ser ministrado pelo Colégio Cidade, exclusivamente em sua sede, localizada na Rua José Bonifácio, nº 140 – Todos os Santos, Município do Rio de Janeiro, em conformidade com as normas previstas na Deliberação CEE/RJ nº 295/2005, a partir da data de publicação deste ato no Diário Oficial.

HISTÓRICO

Claudia Vieira Levinsohn, CI nº 47928, emitida pela OAB-RJ, na condição de Representante Legal da pessoa jurídica denominada Associação Educacional São Paulo Apóstolo, inscrita no CNPJ sob o nº 34.150.771/0001-87, mantenedora da Instituição de ensino privado Colégio Cidade, localizada na Rua José Bonifácio, nº 140, Todos os Santos, RJ, vem solicitar a este Órgão, nos termos da Deliberação 295/05, credenciamento para oferta de Educação Profissional Técnico de Nível Médio e autorização para funcionamento do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Informática, eixo tecnológico de Informação e Comunicação.

DA ANÁLISE DO PROCESSO

Quanto ao pedido de Credenciamento, o processo vem instruído nos termos da legislação pertinente, com atendimento aos itens previstos no artigo 9º da Deliberação CEE nº 295/05, a saber:

- Requerimento ao Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação com justificativa do pleito;
- denominação, informações comprovadas sobre a localização da sede;
- ato constitutivo da entidade mantenedora;
- qualificação de todos os dirigentes ;
- cartão de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ do Ministério da Fazenda, consoante a identificação de localização de sua sede;
- documento do contrato de locação de uso do imóvel;
- alvará de licença para localização;
- certidões negativas da entidade e dos seus dirigentes;
- Regimento Escolar;

Processo nº: E-03/100.233/2007

- Proposta Pedagógica do Ensino Profissionalizante de Nível Técnico contendo os objetivos, os

requisitos de ingresso, perfil profissional pretendido, critérios e procedimentos de avaliação e aproveitamento de competências, currículo, estágios de aprendizagem, certificados e diplomas e organograma funcional;

- instalações físicas, biblioteca, laboratório, equipamentos de informática, linhas de acesso à rede internacional de informações, material didático.

DO PLANO DE CURSO

Quanto ao Plano de Curso, o processo vem instruído nos termos da legislação pertinente, com atendimento aos itens previstos nos artigos 11 e 12 da Deliberação CEE/RJ nº 295/05, a saber:

1. Relação do corpo técnico-administrativo e indicação do coordenador do curso, com comprovada qualificação e experiência profissional. Tanto o corpo técnico administrativo quanto o coordenador do curso atendem ao que estabelecem os §§ 1º e 2º do Artigo 11 da Deliberação CEE/RJ nº 295/2005;
 - perfil profissional desenhado conforme a demanda do setor, obedecendo ao que determina a lei específica do exercício profissional;
 - justificativa e objetivos com considerações acerca da oferta do curso, atendendo à demanda apresentada no município em que será oferecido o curso;
 - organização curricular elaborada em três módulos sequenciais e articulados com 340 horas cada um, com terminalidade correspondente a qualificações profissionais, totalizando 1.020(mil e vinte) horas: Módulo I – Qualificação Profissional de Nível Técnico de Auxiliar em Informática, Módulo II – Qualificação Profissional de Nível Técnico de Auxiliar em Programador de Computadores, Módulo III – Habilitação Profissional de Técnico em Informática.
 - estrutura curricular contendo as funções, subfunções, competências, habilidades e bases tecnológicas; bases científicas e instrumentais: componentes essenciais para que haja a compreensão das bases tecnológicas;
 - a Instituição faz menção ao Plano de Capacitação;
 - modelo de Diploma e Certificado constante nos autos, atendendo ao que dispõe o artigo 28 da Deliberação CEE/RJ nº 295/05.

DA COMISSÃO VERIFICADORA

Em 11/12/2007, o Presidente do CEE/RJ, através da Portaria CEE/RJ nº 682/07, de 11 de dezembro de 2007, publicada no DO de 15/01/2008, nomeou comissão verificadora, composta dos especialistas André Luiz Avelino Sobral, Mestre em Engenharia de Sistemas, Cláudia Ferlin, Mestre em Informática, e Sônia Elza Peixoto Chiara, Mestre em Educação, para verificarem as condições de infra-estrutura para o funcionamento do Curso.

A comissão assim se pronunciou: *“Esta Comissão é de Parecer Favorável ao funcionamento do Curso de Educação Técnica de Nível Médio em Informática no Colégio da Cidade – Unidade Méier”.*

Processo nº: E-03/100.233/2007

VOTO DO RELATOR

Tendo em vista que o interessado cumpriu todas as exigências solicitadas em atendimento à Deliberação CEE 295/2005, e considerando o parecer favorável da Comissão Verificadora às condições de

funcionamento do curso, sou de parecer favorável ao credenciamento pelo prazo de 05 (cinco) anos, à aprovação do Plano de Curso e à autorização do funcionamento do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Informática, eixo tecnológico de Informação e Comunicação, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a ser ministrado pelo **Colégio Cidade**, exclusivamente em sua sede, localizada na Rua José Bonifácio, nº 140, Todos os Santos, Município do Rio de Janeiro, em conformidade com as normas previstas na Deliberação CEE/RJ nº 295/2005, a partir da data de publicação deste ato no Diário Oficial.

CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara Conjunta de Educação Superior e Educação Profissional acompanha o voto do Relator.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2009.

José Carlos Mendes Martins – Presidente

José Remizio Moreira Garrido – Relator

Antonio Rodrigues da Silva

Arlindenor Pedro de Souza

José Luiz Rangel Sampaio Fernandes

Leise Pinheiro Reis

Marcelo Gomes da Rosa

Nival Nunes de Almeida

Paulo Alcântara Gomes

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO

O presente Parecer foi aprovado por unanimidade.

SALAS DAS SESSÕES, no Rio de Janeiro, em 07 de julho de 2009.

Paulo Alcântara Gomes
Presidente

Homologado em ato de 05/08/2009
Publicado em 13/08/2009 Pág. 12